



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA
CÂMPUS MONTEIRO

ANEXO I
QUADRO IVS

Variável	Agravante e atenuante	Valor	Conceito
Renda bruta per capita (Familiar)	Acima de 1 ½ salário mínimo	Excluído	É a soma da totalidade dos rendimentos obtidos pela unidade familiar, incluso o estudante, dividida pelo número de membros da unidade familiar
	Acima de 1 a 1 ½ salário mínimo	20	
	Acima de ½ até 1 salário mínimo	40	
	Até ½ salário mínimo	60	
	Sem renda	100	
Ocupação, trabalho e emprego (Por membro da família maior de 18 anos)	Trabalho formal	0	Presença ou não de vínculo empregado, condição de trabalhador autônomo ou informal
	Trabalhador informal que contribui com previdência	30	
	Trabalhador informal que não contribui com previdência	60	
	Desempregado	100	
Moradia (Família) Acrescentar 10 pontos caso aluno esteja em situação de mobilidade estudantil.	Moradia de alvenaria	0	Tipo e situação de moradia
	Moradia mista	5	
	Moradia de madeira	10	
	Moradia de material reaproveitável	20	
	Moradia própria	0	
	Moradia financiada	5	
	Moradia cedida	15	
	Moradia alugada	20	
	Casa/Apartamento	0	
	Quitinete/cômodo	15	
Abriço	20		

	Ocupação	25		
	Mora na rua	35		
	Não mora em área de risco	0		
	Mora em área de risco	10		
	Zona urbana	0		
	Zona rural	5		
Saúde (Por membro da família)	Portador de doença	15	Presença de doenças, necessidades especiais e/ou dependência química e acesso a saúde	
	Necessidades especiais	15		
	Portador de transtornos mentais	15		
	Dependentes de drogas e/ou álcool com tratamento	15		
	Se for o próprio estudante acrescentar 5 pontos			
	Plano de saúde	0		
	Acesso exclusivo pelo SUS	20		
Transporte (Do estudante)	Até 3km	0	Tipo de transporte utilizada pelo estudante no trajeto casa- IFPB- casa/ distância percorrida pelo estudante até o IFPB	
	De 4Km a 10 Km	10		
	De 11Km a 50 Km	20		
	De 51 a 100 Km	35		
	Acima de 100Km	50		
	Transporte próprio	10		
	Transporte escolar público gratuito	15		
	Transporte escolar privado	25		
	Moto – táxi	30		
Sem acesso a transporte	50			
Acesso à educação (Do estudante)	Ensino regular todo em escola particular	0	Origem escolar do estudante;	
	Ensino regular maior parte em escola particular	3		
	Ensino EJA todo em escola particular	5		

	Ensino EJA/Supletivo maior parte me escola particular	10	
	Ensino regular maior parte em escola pública	15	
	Ensino regular todo em escola pública	20	
	Ensino EJA maior parte em escola pública	20	
	Ensino EJA todo em escola pública	25	
Acesso à educação (Da família)	Familiar com matrícula em estabelecimento de ensino formal com financiamento estudantil	5	Vínculos de familiares com estabelecimentos formais de ensino privados
	Familiar matriculado em estabelecimento de ensino com bolsa parcial	10	
	Familiar matriculado em estabelecimento de ensino com bolsa integral	15	
	Familiar (0 a 5 anos) com acesso a educação infantil pública	0	
	Familiar (0 a 5 anos) sem acesso à educação infantil pública	10	
Composição familiar (Por membro da família)	Adultos (18 a 59 anos)	0	Família é a unidade nuclear formada por uma ou mais pessoas, eventualmente ampliada por mais pessoas que contribuem para o rendimento ou tenham suas despesas atendidas por aquela unidade familiar
	Idosos (60 anos ou mais)	15	
	Crianças (0 a 6 anos)	20	
	Crianças (7 a 11 anos)	15	
	Adolescentes (12 a 18 anos)	10	
	Pessoa em privação/reclusão ou restrição de liberdade	15	
	Família monoparental	25	
Participação em programas sociais (Por membro da família)	Família não participa de programas sociais	0	Recebimento de auxílio financeiro, por meio de programas sociais, das

	Programas do MDS (Bolsa família, BPC)	50	esferas federal, estadual e/ou municipal, pelo estudante ou membro do grupo familiar
	Benefícios eventuais	30	
	Outros programas sociais agravantes	20	
Parecer Social	Com excepcionalidade	Até 100	Em situações de excepcionalidade (presença de vulnerabilidades não previstas na demais variáveis, como presença de violação de direitos) poderá ser atribuído valor ao Parecer Social em equivalência à gravidade da situação para compor o índice de vulnerabilidade social.
	Sem excepcionalidade	0	



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA
CÂMPUS MONTEIRO

ANEXO II
Formulário de Inscrição Edital_____.

POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL - CAMPUS MONTEIRO
QUESTIONÁRIO SOCIOECONÔMICO

Prezado estudante,

Preencha TODO o formulário e APRESENTE A DOCUMENTAÇÃO solicitada, para que não haja prejuízo na avaliação de seu pedido.

I- Para qual(is) programa(s) da política de assistência estudantil você está se inscrevendo (marcar com um “X”)?

- () AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO
() AUXÍLIO TRANSPORTE MUNICIPAL
() AUXÍLIO TRANSPORTE INTERMUNICIPAL
() AUXÍLIO MORADIA

II – Dados Pessoais:

Nome completo: _____

Matrícula: _____

E-mail: _____

Telefones para contato: _____

DATA DE NASCIMENTO: ____/____/____ IDADE: _____ SEXO: M () F ()

ESTADO CIVIL: _____ CPF: _____

RG: _____ ORG.EXP: _____ Nº CATÃO DO SUS _____

ENDEREÇO RESIDENCIAL (Rua/Avenida, etc.): _____

Nº _____, Bairro: _____, Cidade: _____, Ponto de referência: _____

Você tem algum familiar que estuda no IFPB? Se sim, registre o nome do seu familiar que estuda no IFPB, o parentesco que essa pessoa tem com você, qual curso ele realiza e em qual câmpus.

Você possui conta bancária? Se sim, informe os dados (banco, agência e número da conta)

Tem algum tipo de deficiência?

() NÃO () SIM Qual? _____

III- Dados acadêmicos:

A. Em qual modalidade você estudou no nível imediatamente anterior ao solicitado como requisito para ingresso no IFPB?

- a) () Ensino regular todo em escola particular
b) () Ensino regular, sendo a maior parte em escola particular

- c) () Ensino regular todo em escola pública
- d) () Ensino regular, sendo a maior parte em escola pública
- e) () Ensino EJA todo em escola particular
- f) () Ensino EJA, sendo maior parte em escola particular
- g) () Ensino EJA todo em escola pública
- h) () Ensino EJA, sendo a maior parte em escola pública

B. Quantos dias da semana você vai ao IFPB?

- a) () 1 dia na semana
- b) () 2 dias na semana
- c) () 3 dias na semana
- d) () 4 dias na semana
- e) () 5 dias na semana

C. Situação de matrícula no IFPB:

Curso: _____ PERÍODO/ANO LETIVO: _____

CARIMBO CCA DE CONFIRMAÇÃO DE MATRÍCULA NO PERÍODO/ANO LETIVO DECLARADO

D. Nada Consta CAEST (apenas para renovação do auxílio MORADIA)

CARIMBO CAEST- NEGATIVA DE PENDÊNCIAS JUNTO AO SETOR

IV – Moradia:

A. Com quem você mora?

() Família () Parentes () Sozinho () Outros. Especifique: _____

B. Caso more sozinho/distante da família:

Gastos com a moradia:

() Aluguel: Valor: _____ () Condomínio. Valor: _____

() Água: Valor: _____ () Energia: Valor: _____

() Financiamento de casa própria: Valor: _____

***Apresentar CÓPIA de comprovante atualizado das despesas.**

SE SUA FAMÍLIA RESIDE EM OUTRA CIDADE PREENCHA OS ITENS ABAIXO (se não, pule para o próximo bloco):

Endereço Residencial (Rua/Avenida, etc.): _____

Nº _____, Bairro: _____, Cidade: _____, Ponto de referência: _____

Situação de moradia da **FAMÍLIA:**

<p>A família tem custos com a moradia?</p> <p>a) () Sim. Custo mensal R\$ _____</p> <p>b) () Não</p>	<p>Indique qual tipo de moradia:</p> <p>a) () Moradia de alvenaria</p> <p>b) () Moradia mista</p> <p>c) () Moradia de madeira</p> <p>d) () Moradia de material reaproveitado</p>
<p>Onde se localiza a moradia?</p> <p>a) () Zona Urbana</p>	<p>Sua moradia se localiza em área de risco?</p>

b) <input type="checkbox"/> Zona Rural	a) <input type="checkbox"/> Sim b) <input type="checkbox"/> Não
Indique qual a situação da moradia: a) <input type="checkbox"/> Moradia própria b) <input type="checkbox"/> Moradia financiada c) <input type="checkbox"/> Moradia cedida d) <input type="checkbox"/> Moradia alugada com a família e) <input type="checkbox"/> Moradia alugada sozinho/divide aluguel	Indique qual a forma da moradia: a) <input type="checkbox"/> Mora em casa/apartamento b) <input type="checkbox"/> Mora em quitinete/cômodo c) <input type="checkbox"/> Mora em abrigo d) <input type="checkbox"/> Mora em ocupação e) <input type="checkbox"/> Mora na rua

V – Situação Socioeconômica:

A. Qual a distância entre sua moradia atual e o campus onde estuda?

- a) até 3km
b) de 3,1km a 10km
c) de 10,1km a 50km
d) de 50,1km a 100km
e) acima de 100,1km

B. Qual o transporte utilizado para se deslocar até o campus?

- a) transporte próprio (moto e/ou carro)
b) transporte coletivo público gratuito (não paga passagem)
c) transporte coletivo privado (vans, etc)
d) transporte coletivo público NÃO gratuito
e) vai a pé/de bicicleta porque mora próximo ao campus (menos de 3 km)
f) vai a pé/de bicicleta por outros motivos (não há ônibus onde mora/ não possui condições financeiras, etc)

C. Qual a sua situação em relação à renda familiar:

- É ARRIMO DE FAMÍLIA (Principal responsável)
 É DEPENDENTE
 CONTRIBUI COM A RENDA FAMILIAR
 NÃO CONTRIBUI E SE MANTÉM SOZINHO.

D. Responsável pelo grupo familiar:

Quem é o (a) responsável pela família (chefe)?

Sua família tem despesas com medicamentos de uso contínuo **não** fornecidos peloSUS (secretaria de saúde do estado ou do município)? sim não

E. Preencha o quadro a seguir conforme o exemplo:

EX:

	Nome	Parentesco	Idade	Ocupação*	Renda	É trabalho formal?	Se informal tem contribuição previdenciária?	Tem plano de saúde?	Tem dependência de drogas ou álcool?	É portador de transtorno mental?	Tem necessidades especiais?	Tem outras doenças?	Está em privação ou restrição de liberdade?
1	Nome do estudante	-	18	estudante	-	não	não	sim	não	não	não	não	não
2	Maria	mãe	58	Professora	937,00	sim	não	sim	não	não	Sim. Física	não	não

	Nome	Parentesco	Idade	Ocupação*	Renda	É trabalho formal?	Se informal tem contribuição previdenciária?	Tem plano de saúde?	Tem dependência de drogas ou álcool?	É portador de transtorno mental?	Tem necessidades especiais?	Tem outras doenças?	Está em privação ou restrição de liberdade?
1													
2													
3													
4													
5													
6													
7													
8													
9													
10													
11													
12													

* Assalariado, desempregado, estudante, autônomo, trabalhador rural, do lar, empresário, servidor público, entre outros.

F. Você tem algum familiar em privação, reclusão ou restrição de liberdade (cumprindo pena)? Este familiar mora/morava com você? Qual é o nome desta pessoa e seu grau de parentesco com ela?

G. Você tem algum familiar estudando em escola privada? Se sim, registre abaixo o nome do familiar, o parentesco e se ele tem algum tipo de bolsa (financiamento estudantil, bolsa parcial, bolsa integral).

H. A sua família tem alguma criança com até seis anos incompletos? Se sim, ela está matriculada na educação infantil (creche)? A creche é pública ou privada?

I. Sua família recebe auxílio financeiro ou outras formas de auxílio, por meio de programas sociais das esferas federal, estadual e municipal, como Bolsa Família, BPC, Projevem ou outro programa? Qual benefício?

J. Para complementar as informações preenchidas anteriormente, escreva um breve relato sobre a sua história de vida e a situação atual de sua família (vínculos familiares rompidos, conflitos, dificuldades diversas, informações não contempladas nas questões anteriores, etc) e o motivo pelo qual você está solicitando estes auxílios:

Tenho ciência que a constatação de informações inverídicas ou omissão nas informações declaradas acarreta cancelamento do benefício, podendo ser responsabilizado (a) pelas faltas informações e/ou omissões.

Assinatura do estudante ou de seu responsável para os menores de 18 anos

Parecer Social:

Espaço reservado ao Assistente Social.

Monteiro, ____ de ____ de 201__.

Assistente Social

*O Decreto-Lei nº 2.848, de 07 de dezembro de 1940 – Código Penal. Estelionato Art. 171: Obter, para si ou para outrem, vantagem ilícita, em prejuízo alheio, induzindo ou mantendo alguém em erro, mediante artifício, ardil, ou qualquer outro meio fraudulento: Pena - reclusão, de 1 (um) a 5 (cinco) anos, e multa. Falsidade ideológica Art. 299: omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante: Pena - reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, se o documento é particular.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA
CÂMPUS MONTEIRO


Anexo III
Documentação necessária

Variável	Quem deve entregar Alunos e demais familiares declarados no formulário de inscrição, sob as condições:	Documentos obrigatórios
Composição familiar	Todos	RG ou Certidão de Nascimento
	Acima de 14 anos	CPF
	Em privação/reclusão de liberdade	Certidão da prisão preventiva ou Certidão da sentença condenatória ou Atestado do recolhimento do segurado à prisão, emitido por autoridade competente;
Renda bruta per capita/Ocupação, trabalho e emprego	Acima de 14 anos	Carteira de Trabalho e Previdência Social (páginas de identificação, o registro do último contrato de trabalho com a página posterior em branco);
	Acima de 14 anos, sem Carteira de Trabalho e Previdência Social	Declaração Negativa de Carteira de Trabalho (ANEXO IV);
	Obrigados a declarar Imposto de Renda Pessoa Física, conforme normas da Receita Federal do Brasil	Declaração completa do imposto de renda pessoa física do ano-calendário 2016, ou última vigente;
	Pessoa cuja renda é proveniente de aluguel	Contratos de aluguel ou Comprovantes de recebimento de aluguel contendo dados do locador e locatário, valor do aluguel, discriminação do serviço, data, assinatura;
	Aposentados e/ ou Pensionistas	Cópia do último comprovante de recebimento de benefício da Previdência (exemplo: INSS);
	Produtores rurais	Declaração do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, constando a principal atividade e a remuneração média mensal (em moeda corrente). Caso não seja associado ao sindicato, preencher e assinar declaração constante no ANEXO V juntamente com duas testemu-

		nhas (informar também nome, RG, CPF, endereço e telefone);
	Desempregados	Rescisão de contrato, constando o valor das parcelas do seguro-desemprego a receber, se houver, e Número do PIS/PASEP ou declaração de desempregado (ANEXO VI); Cópia da Carteira de Trabalho com a identificação, a baixa do último emprego e com a página de contrato seguinte em branco;
	Profissional Autônomo/Liberal/prestador de serviços e trabalhador informal (“bicos”)	Declaração Comprobatória da Renda Familiar (ANEXO VII), informando o valor mensal da renda e a atividade exercida. A declaração deverá ser assinada por duas testemunhas que não sejam membros da família;
	Pessoa maior de 18 anos que não exerce e nunca exerceu atividade remunerada	Declaração Negativa de Percepção de Renda (ANEXO VIII)
	Empregado/Estagiário/Jovem Aprendiz	Último contracheque: a) quando coincidir com mês de férias, apresentar o contracheque do mês anterior. b) quando coincidir com o mês de assinatura do contrato ou mês subsequente, apresentar CTPS ou contrato de trabalho/estágio/jovem aprendiz.
	Empresário/Microempreendedor Individual/Microempresa	Pró-labore ou Declaração Anual do Simples Nacional (SIMEI) ou Simples Nacional, último vigente.
	Beneficiário de auxílio-doença, auxílio-acidente, auxílio reclusão, salário-maternidade, de Defeso	Comprovante da situação do benefício.
	Pensão alimentícia	Apresentar cópia da sentença judicial ou declaração assinada pelo responsável do pagamento (ANEXO IX) constando o valor pago. No caso de recebimento via banco, apresentar cópia do extrato acompanhado da declaração.
	Outros (por exemplo, comissões por vendas, auxílios de parentes e/ou amigos)	Declaração assinada por quem paga as comissões ou pelo prestador de auxílio financeiro (ANE-

		XO X) com assinatura de duas testemunhas que não sejam componentes do mesmo grupo familiar (nome completo e número do CPF). Apresentar também cópia da carteira de trabalho com a identificação, a baixa do último emprego e com a página de contrato seguinte em branco.
Saúde	Todos com diagnóstico de doença, deficiência, dependência química	Atestado, laudo ou declaração médica, com validade de até 6 meses. Declaração de serviço de saúde que atenda a família do membro familiar em drogadição/alcoolismo se for o caso. OU Carteirinha de associação de portador de doença/deficiência
Acesso à educação	Aluno	Histórico escolar do nível imediatamente anterior ao solicitado como requisito para ingresso no IFPB
	Todos os familiares	a) Declaração percepção de bolsa parcial ou integral e/ou Contrato de financiamento estudantil. b) Declaração negativa de matrícula na educação infantil (ANEXO XI).
Participação em programas sociais	Beneficiários de programas sociais	Comprovantes de recebimento (extrato bancário de recebimento do benefício com identificação beneficiário ou cartão do benefício ou declaração do serviço pelo qual o beneficiário é atendido), com validade de até 6 meses.
Moradia	Aluno que concorre às vagas de alimentação e transporte	Comprovante de residência atual da família. (água, energia)
	Aluno que concorre às vagas de moradia	Comprovante de residência atual da família (cidade de origem) Comprovante de moradia do aluno.

ANEXO IV

 <p>INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA PARAÍBA <small>CÂMPUS MONTEIRO</small></p>	<p>MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA CÂMPUS MONTEIRO</p>
Declaração Negativa de CTPS	
<p>Eu, _____, CPF nº _____, portador do RG nº _____, residente e domiciliado na Rua (Av., etc.) _____</p>	
<p>_____ declaro para os devidos fins, que não possuo o seguinte documento: Carteira de Trabalho. Estou ciente que é de minha inteira responsabilidade a veracidade das informações prestadas neste documento.</p>	
<p>_____, _____ de _____ de 2017.</p>	
<p>_____</p>	
Assinatura	
<p>*O Decreto-Lei nº 2.848, de 07 de dezembro de 1940 – Código Penal. Estelionato Art. 171: Obter, para si ou para outrem, vantagem ilícita, em prejuízo alheio, induzindo ou mantendo alguém em erro, mediante artifício, ardil, ou qualquer outro meio fraudulento: Pena - reclusão, de 1 (um) a 5 (cinco) anos, e multa. Falsidade ideológica Art. 299: omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante: Pena - reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, se o documento é particular.</p>	

ANEXO V



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E
TECNOLOGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E
TECNOLOGIA DA PARAÍBA
CÂMPUS MONTEIRO

Declaração de Renda (PRODUTOR RURAL)

Eu, _____, portador do CPF: _____ e da carteira de identidade: _____, residente à rua: _____, N° _____, Bairro: _____,

Município: _____, declaro para os devidos fins que possuo remuneração média mensal de R\$ _____ referentes a ganhos em produção rural, desenvolvendo atividades De _____

Declaro ainda que, o valor acima apresentado é verdadeiro e estou ciente de que a omissão de informações ou a apresentação de dados ou documentos falsos e/ou divergentes implicam em desclassificação no processo seletivo para Programas da Política de Assistência Estudantil. As informações constantes nesta declaração são de minha responsabilidade e, caso sejam inverídicas, responderei em conformidade com a legislação vigente.

_____, ____ de _____ de 201__.

Assinatura do declarante

TESTEMUNHAS:

1. _____,
CPF: _____, carteira de identidade: _____, residente à rua: _____, N° _____, Bairro: _____, município: _____.


2. _____,
CPF: _____, carteira de identidade: _____, residente à rua: _____, N° _____, Bairro: _____, município: _____.

Assinatura - Testemunha 1

Assinatura - Testemunha 2

*O Decreto-Lei n° 2.848, de 07 de dezembro de 1940 – Código Penal. Estelionato Art. 171: Obter, para si ou para outrem, vantagem ilícita, em prejuízo alheio, induzindo ou mantendo alguém em erro, mediante artifício, ardil, ou qualquer outro meio fraudulento: Pena - reclusão, de 1 (um) a 5 (cinco) anos, e multa. Falsidade ideológica Art. 299: omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante: Pena - reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, se o documento é particular.

ANEXO VI

 <p>INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA PARAÍBA <small>(CAMPUS MONTEIRO)</small></p>	<p>MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA CÂMPUS MONTEIRO</p>
Declaração de Desempregado	
<p>Eu, _____, CPF nº _____, portador do RG nº _____, residente e domiciliado na Rua (Av., etc.) _____ não exerço atividade remunerada neste momento e meu sustento provém de:</p>	
<p>_____ _____ _____ _____</p>	
<p>_____, _____ de _____ de 2017.</p>	
<p>_____ Assinatura</p>	
<p>*O Decreto-Lei nº 2.848, de 07 de dezembro de 1940 – Código Penal. Estelionato Art. 171: Obter, para si ou para outrem, vantagem ilícita, em prejuízo alheio, induzindo ou mantendo alguém em erro, mediante artifício, ardil, ou qualquer outro meio fraudulento: Pena - reclusão, de 1 (um) a 5 (cinco) anos, e multa. Falsidade ideológica Art. 299: omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante: Pena - reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, se o documento é particular.</p>	

ANEXO VII

 <p>INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA PARAÍBA <small>(CAMPUS MONTEIRO)</small></p>	<p>MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA CÂMPUS MONTEIRO</p>
Declaração de Autônomo	
<p>Eu, _____, CPF nº _____, portador do RG nº _____, residente e domiciliado na Rua (Av., etc.) _____</p> <p>_____ declaro que desenvolvo atividades de: _____, com renda média mensal de R\$ _____ (_____).</p>	
<p>_____, _____ de _____ de 2017.</p>	
<p>_____</p> <p>Assinatura</p>	
<p>*O Decreto-Lei nº 2.848, de 07 de dezembro de 1940 – Código Penal. Estelionato Art. 171: Obter, para si ou para outrem, vantagem ilícita, em prejuízo alheio, induzindo ou mantendo alguém em erro, mediante artifício, ardil, ou qualquer outro meio fraudulento: Pena - reclusão, de 1 (um) a 5 (cinco) anos, e multa. Falsidade ideológica Art. 299: omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante: Pena - reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, se o documento é particular.</p>	

ANEXO VIII



INSTITUTO FEDERAL DE
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
PARAÍBA
CAMPUS MONTEIRO

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TEC-
NOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E
TECNOLOGIA DA PARAÍBA
CÂMPUS MONTEIRO

Declaração Negativa de Percepção de Renda

Eu, _____, CPF nº _____, portador do RG nº _____, residente e domiciliado na Rua (Av., etc.) _____

_____ não exerço atividade remunerada neste momento e meu sustento provém de:

_____, _____ de _____ de 2017.

Assinatura

*O Decreto-Lei nº 2.848, de 07 de dezembro de 1940 – Código Penal. Estelionato Art. 171: Obter, para si ou para outrem, vantagem ilícita, em prejuízo alheio, induzindo ou mantendo alguém em erro, mediante artifício, ardil, ou qualquer outro meio fraudulento: Pena - reclusão, de 1 (um) a 5 (cinco) anos, e multa. Falsidade ideológica Art. 299: omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante: Pena - reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, se o documento é particular.

ANEXO IX



INSTITUTO FEDERAL DE
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
PARAÍBA
CÂMPUS MONTEIRO

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
DA PARAÍBA
CÂMPUS MONTEIRO

Declaração de Recebimento de Pensão Alimentícia

Eu, _____, RG
_____ e CPF _____, nos termos do Edital vigente declaro que:

() **Recebo** pensão alimentícia no valor mensal de R\$ _____ (_____) proveniente da guarda de _____

_____ (nome do/a filho/a). Estou ciente que é de minha inteira responsabilidade a veracidade das informações prestadas neste documento.

_____, _____ de _____ de 2017.

Assinatura

*O Decreto-Lei nº 2.848, de 07 de dezembro de 1940 – Código Penal. Estelionato Art. 171: Obter, para si ou para outrem, vantagem ilícita, em prejuízo alheio, induzindo ou mantendo alguém em erro, mediante artifício, ardil, ou qualquer outro meio fraudulento: Pena - reclusão, de 1 (um) a 5 (cinco) anos, e multa. Falsidade ideológica Art. 299: omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante: Pena - reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, se o documento é particular.

ANEXO X



INSTITUTO FEDERAL DE
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
PARAÍBA
CÂMPUS MONTEIRO

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
DA PARAÍBA
CÂMPUS MONTEIRO

DECLARAÇÃO DE AJUDA FINANCEIRA DE TERCEIROS

Eu, _____
(*peessoa que ajuda*), inscrito no CPF sob o nº _____, portador do RG nº _____,
residente e domiciliado na rua _____
_____, nº _____, no município de _____, declaro para os devidos fins, que ajudo
financeiramente _____


_____ (*nome do membro do grupo familiar que recebe ajuda*)
com o valor mensal de aproximadamente R\$ _____. Declaro ainda que, o valor acima apresentado é verdadeiro e
estou ciente de que a omissão de informações ou a apresentação de dados ou documentos falsos e/ou divergentes impli-
cam em desclassificação no processo seletivo para Programas da Política de Assistência Estudantil. As informações
constantes nesta declaração são de minha responsabilidade e, caso sejam inverídicas, responderei em conformidade com
a legislação vigente.

_____, ____ de _____ de 201__

Assinatura

*O Decreto-Lei nº 2.848, de 07 de dezembro de 1940 – Código Penal. Estelionato Art. 171: Obter, para si ou para ou-
trem, vantagem ilícita, em prejuízo alheio, induzindo ou mantendo alguém em erro, mediante artifício, ardil, ou qualquer
outro meio fraudulento: Pena - reclusão, de 1 (um) a 5 (cinco) anos, e multa. Falsidade ideológica Art. 299: omitir, em
documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou
diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato jurídicamente relevante: Pena - reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, se o documento é particular.

ANEXO XI

 <p>INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA PARAÍBA CÂMPUS MONTEIRO</p>	<p>MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA CÂMPUS MONTEIRO</p>
Declaração negativa de matrícula na educação infantil	
<p>Eu, _____, CPF nº _____, portador do RG nº _____, residente e domiciliado na Rua _____ (Av., etc.) _____ _____ declaro que meu filho (a) _____, não está matriculado na rede pública de educação infantil por falta de vagas.</p>	
<p>_____, _____ de _____ de 2017.</p>	
<p>_____ Assinatura</p>	
<p>*O Decreto-Lei nº 2.848, de 07 de dezembro de 1940 – Código Penal. Estelionato Art. 171: Obter, para si ou para outrem, vantagem ilícita, em prejuízo alheio, induzindo ou mantendo alguém em erro, mediante artifício, ardil, ou qualquer outro meio fraudulento: Pena - reclusão, de 1 (um) a 5 (cinco) anos, e multa. Falsidade ideológica Art. 299: omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante: Pena - reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, se o documento é particular.</p>	